POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS EM CIDADES FRONTEIRIÇAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS LEGAIS

Rodrigo Oliari Tolazzi

RESUMO

O combate ao tráfico de drogas é um assunto de relevância nacional, à medida que, as consequências desse delito não interferem somente na saúde pública como previsto em seu objeto jurídico, mas também na segurança pública, em virtude do aumento dos números de crimes violentos nas cidades que são foco do narcotráfico, como consequência o grande volume de delitos relacionados ao narcotráfico, como roubos, furtos e homicídios nos municípios de estudo do presente artigo. Em tal contexto, o presente trabalho tem como objetivo o estudo da gestão de políticas públicas acerca do combate ao tráfico de drogas nas cidades fronteiriças do estado do Mato Grosso do Sul, analisando legislações anteriores a Lei 11.343/2006, que determina regras para a prevenção e repressão ao tráfico de drogas, além dos instrumentos legais referentes ao tema presentes no estado sul-mato-grossense, visto que, as cidades que ocupam essa faixa de fronteira são consideradas uma das principais rotas do tráfico de entorpecentes no Brasil, possuindo implicações municipais e nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Cidades fronteiriças. Narcotráfico. Mato Grosso do Sul. Violência.

ABSTRACT

Combating narcotics trafficking is a subject of national pertinence, in view of how the consequences of this felony do not amount solely to interferences within public health, as stated in its legal subject, but moreover impact public safety as well. By virtue of the escalation in violent crimes noted to transpire in cities that are the polestar of narcotrafficking, as a consequence the large volume of crimes related to it; such as robbery, thefts and homicides, within the borders of the municipalities cited in this academic paper. Therefore, this work aims to study the public policy management concerning narcotrafficking combat amongst cross-bordering towns in the State of Mato Grosso do Sul, analyzing previous legislations such as Law number 11.343/2006, amidst further legal instruments pertaining to such thematic in the state. Considering the manner in which these cities located at such close quarters to the inland country border are regarded as one of the most imperative drug trafficking routes in Brazil, it implicates in ramifications in a municipal and national ambit.

KEYWORDS: Public policy. Cross-bordering towns. Narcotrafficking. State of Mato Grosso do Sul. Violence.

1 INTRODUÇÃO

A implementação de uma política pública acerca do combate ao tráfico de drogas na região da fronteira possui uma extrema relevância nacional, logo que, as suas consequências não se prendem somente ao âmbito municipal, pois o mercado de tráfico é categorizado em 3 (três) formas: municipal, regional e nacional; todas essas possuindo as mesmas cidades do estado de Mato Grosso do Sul como rota, tendo como destaque Corumbá e Ponta Porã, com entorpecentes de origem internacional, advindos da Bolívia e do Paraguai.

Nesse sentido, o tema ora apresentado, possui importância jurídica haja vista, que possuímos uma legislação especial somente para crimes acerca do tráfico de drogas, Lei 11 343/06. Essa legislação foi elaborada em uma circunstância de crescente preocupação com o aumento do tráfico de drogas devido as suas consequências sociais, econômicas e de saúde pública no Brasil. Além disso, a existência de conselhos estaduais os quais possuem como objetivo a implementação de políticas públicas condizentes com suas respectivas regiões, ressalta o interesse do poder público a respeito do tema.

Como consequência do crescimento do tráfico de drogas nas rotas sul-mato-grossense, houve um aumento em outros crimes nas cidades fronteiriças, como roubo e furto de automóveis com o intuito de trocar as peças por cargas de droga, assim como homicídios motivados por conflitos entre facções, razões essas que interfere na segurança pública municipal.

Em relação a metodologia, foi utilizado a pesquisa bibliográfica e exploratória em sites jurídicos, artigos e legislações, dando ênfase a lei 11.343/2006 e nas cidades de fronteira da região sul-mato-grossense.

Nessa perspectiva, o objetivo geral desse levantamento temático é analisar as consequências do tráfico de drogas nas regiões fronteiriças do estado de Mato Grosso do Sul e apresentar as políticas públicas de combate ao narcotráfico e a sua evolução conforme os fatos sociais.

2 A EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO LEGISLATIVO SOBRE DROGAS NO BRASIL

Segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul (2020), como consequência do primeiro tratado internacional de controle

as drogas, realizado em 1912, Convenção Internacional do Ópio, no ano de 1915, no Decreto nº 11.481, foi estabelecido no Brasil medidas para impedir o consumo abusivo do ópio, morfina, cocaína e seus derivados.

Já em 1921, no Decreto nº 4.294, tal documento composto por 13 artigos, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro medidas de internação dos usuários de drogas e penalidades aos contraventores na venda de cocaína, ópio, morfina e seus derivados, sendo a primeira lei específica sobre drogas no Brasil. Em 1938, no Decreto nº 891, foi instituída formas de fiscalização dos entorpecentes, sendo essas substâncias psicotrópicas divididas em 2 (dois) grupos, com formas de vigilância distintas.

Com a implementação do Código Penal de 1940, as infrações relacionadas à tráfico de drogas e uso de entorpecentes foram positivados na categoria de crimes contra a saúde pública, nesse período ainda não havia diferenciação entre as penas de traficante e usuário, sendo ambas de um a cinco anos de reclusão. Porém, em 1976, no Decreto nº 6.368, houve uma primeira distinção nas penas entre traficante e usuário, sendo a pena do primeiro aumentada de três a quinze anos de reclusão, e no caso de uso próprio foi instituída uma sanção de seis meses a dois anos.

Com o advento da Constituição de 1988, o crime de tráfico ilícito de entorpecentes passou a ser considerado inafiançável e insuscetível de anistia. Em 2002, implementou-se uma Política Nacional Antidrogas no Decreto Presidencial nº 4.345, a qual instituiu o desenvolvimento de estratégias na prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, redução de danos sociais e à saúde.

Em 2006 houve a instauração da Lei nº 11.343/2006, a qual segue em vigência, norma essa que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), tal órgão responsável por prescrever medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e coordenar atividades relacionadas a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

A Lei nº 11.343/2006, que rege a política pública sobre drogas, estabelece como um dos princípios da prevenção “o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual” e preconiza também o “não-uso” ou o “retardamento do uso” e a redução de riscos como os objetivos almejados para ações preventivas. (Tamatsu *et al.*, 2020).

Como forma da prevenção da responsabilidade individual e seguindo entendimento das legislações anteriores, houve uma distinção entre a figura do traficante e do usuário, porém diferente do que havia sido previsto no Decreto nº 6.368/76, houve uma melhora nos casos de

uso pessoal. Enquanto que na norma anterior havia uma pena privativa de liberdade, na lei vigente no art. 28 há apenas prestação de serviços à comunidade, medidas educativas e mera advertência. A legislação atual no art. 33 foi maléfica quanto as penas dos crimes de tráfico ilícito de drogas, havendo um aumento de três a quinze anos de reclusão para cinco a quinze de reclusão.

Por fim, há de se atentar ao art. 40, I, da Lei nº 11.343/06, o qual positiva sobre o aumento de pena para os casos de tráfico ilícito internacional de drogas, objeto de estudo do presente artigo.

3 AS PRINCIPAIS ROTAS DE TRÁFICO SUL-MATO-GROSSENSE

A região sul-mato-grossense é um ponto crítico no panorama de tráfico de drogas na América do Sul já que ele atua como principal eixo nesse comércio, devido as suas fronteiras compartilhadas com a Bolívia e o Paraguai. Com isso, encontramos nesse território severos desafios relacionados à segurança pública e à integração regional.

“Define-se fronteira como uma porção específica de território localizada na divisa entre dois Estados e que, exatamente devido a esta característica geográfica, é o ponto onde as “Relações Internacionais” são mais corriqueiras.” (Scherma, *apud*, França, 2018, p. 33).

O Brasil tem uma grande importância na dinâmica do tráfico de drogas na região sul-americana. É considerado um país de ciclo completo para o tráfico, no qual internamente ocorrem a produção, a venda e o consumo de drogas, além do uso do sistema financeiro local para a lavagem de dinheiro gerado por essa atividade ilícita (Dreyfus, 2009, *apud*, Castro, 2019).

O destaque do debate acerca das áreas fronteiriças é de suma importância, uma vez que, essa faixa territorial possui relevância na segurança pública, assim como magnitude econômica.

A fronteira internacional, enquanto papel no território nacional, possui uma carga maior de vulnerabilidade que outras partes do território nacional. O espaço fronteiriço é palco de confrontos de realidades diferentes que dinamizam as dinâmicas transfronteiriças. Além da possibilidade dos contatos e do aprimoramento da integração entre os países, a linha de fronteira aprimora as dinâmicas ilícitas que atribuem uma carga maior de vulnerabilidade do ponto de vista da segurança. (Nunes, 2017, p. 31).

Por fazer fronteira com 2 (dois) países, Bolívia e Paraguai, o estado do Mato Grosso do Sul é sempre visado em questões de internacionais inerentes ao Mercosul, uma vez que, em decorrência dessas regiões fronteiriças, a localidade é uma entrada para imigrantes, os quais

sonham com uma estabilidade financeira em capitais brasileiras, assim como uma rota de entrada para o tráfico de drogas dentro do território nacional.

Entre os meses de janeiro e agosto deste ano, as polícias de Mato Grosso do Sul já tiraram de circulação 529,7 toneladas de drogas. Um aumento de 5% nas apreensões feitas no Estado, em comparação com o mesmo período de 2020, quando foram interceptadas no estado 505,7 toneladas de entorpecentes.

As maiores apreensões foram realizadas no interior do Estado, na região de fronteira, onde as forças de segurança estaduais tiraram de circulação 495,7 toneladas de drogas [...] (Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2021).

Segundo levantamento do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2021), o estado é o que mais apreende entorpecentes, com esse índice aumentando a cada ano, tais drogas tem como destinação final as principais capitais brasileiras e até outros países. Ocupa o primeiro e o segundo lugar das maiores apreensões do drogas na história do Brasil, sendo o primeiro em 2021 com 36,6 toneladas de drogas apreendidas, e o segundo em 2020 com 33,3 toneladas de maconha apreendidas, as rotas de tráfico do Mato Grosso do Sul são as principais para o crime organizado, tendo em vista, a quantidade de droga que é apreendida nesse trajeto.

Antes de se iniciar o estudo com foco em cada cidade fronteiriça, é válido expor a definição de cidades-gêmeas, para isso será usado o conceito da Portaria nº 2.507 do Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2021:

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2021, n. 190, p. 29)

O estudo será focado nas principais cidades fronteiriças consideradas rotas de tráfico, sendo elas: Corumbá e Ponta Porã, essas fazem fronteiras com Puerto Quijarro e Pedro Juan Caballero, respectivamente. As cidades referidas estão presentes na lista da portaria supramencionada, rol esse que qualifica quais são as cidades-gêmeas existentes em território nacional.

3.1 FRONTEIRA ENTRE CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO

Considerada uma das principais entradas de drogas no Brasil, a região de Corumbá e Puerto Quijarro possui histórico midiático de apreensões em grandes quantidades e crimes decorrentes do narcotráfico. “Desde meados dos anos 1970, a região figura no noticiário

nacional como sendo um dos mais importantes entrepostos do tráfico nacional e internacional de drogas ilícitas no Brasil.”. (Misse; Zilli; Hirata; Renoldi, 2014).

As redes integradas por Bolívia/Brasil e Paraguai/Brasil fazem uso de rotas que passam pelas cidades gêmeas do Mato Grosso do Sul. No corredor Brasil-Bolívia, a cocaína segue por quatro rotas alternativas. De Guayaramerín (Bolívia) para Porto Velho-RO; de San Joaquín (Bolívia) para Cacoal-RO; ingressa em Cáceres-MT segue para Cuiabá-MT e de Puerto Suarez (Bolívia) via Corumbá-MS e Ladário-MS vai até Campo Grande-MS. Após chegar às localidades mencionadas, a droga é distribuída para outros destinos. (Steiman, *apud*, Silva, 2019, p. 219).

A entrada de entorpecentes para o Brasil é possível por conta da fronteira seca, a qual separa as duas cidades, logo possibilitando o crescimento de bocas de fumo dentro do município de Corumbá, assim como a distribuição das drogas para outras cidades brasileiras. Além disso, outro fator favorável a essa entrada é o fluxo constante de pessoas atravessando a fronteira com o intuito de utilização do comércio local de ambos os lados da fronteira, deste modo dificultando a fiscalização por parte da polícia brasileira.

Na região da fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, essa relação de complexidade entre os traficantes para obter a droga funciona de maneira distinta, já que, como é uma região de fronteira, o traficante varejista tem os contatos diretos do lado boliviano sem precisar de um intermediário atacadista brasileiro para obter o produto. Às vezes, a relação é tão próxima entre o varejista e o atacadista, que o próprio atacadista boliviano leva a droga na boca sem precisar de um *passador*. Nota-se, portanto que essa relação de complexidade para obter a droga não se aplicaria por completo na fronteira, já que nessa região é muito mais “fácil” obter determinados tipos de drogas, como a pasta base de cocaína e a cocaína, já que a Bolívia é um grande produtor desse gênero de droga. (Oliveira 2014, p. 5).

Como mencionado no trecho citado, a passagem de droga para o outro lado da fronteira acontece de maneira distinta da qual geralmente é feito em outras regiões brasileiras, haja vista que muitas vezes não há a necessidade da popularmente conhecidas “mula”, quem aceita fazer essa travessia de uma fronteira para outra carregando a droga em seu corpo ou na sua bagagem, ganhando alguma quantia em dinheiro pelo serviço, assim sendo, no caso da fronteira Corumbá e Puerto Quijarro, há a relação do fornecedor, ou alguém com relação direta a ele, entregar a droga a quem comanda as bocas de fumo.

Dentro desta estrutura horizontal do narcotráfico, Puerto Quijarro e Corumbá ocupam papéis importantes, mas distintos neste processo. A primeira informação importante para se entender esta dinâmica, é a não existência de bocas do lado boliviano da fronteira, só existem atacadistas, os chamados *Pichicateiros* (pessoas envolvidas em atividades ilícitas na Bolívia). Neste nó fronteiriço, Puerto Quijarro tem um papel importante nas contratações da droga no atacado, que serão distribuídos no varejo de drogas

em Corumbá e Ladário, como também em contratações de grandes “cargas” para envio ao interior do Brasil. (Oliveira, 2014, p. 5).

Assim sendo, o lado corumbaense fica com o trabalho de distribuição interna no município por meio das bocas de fumo, enquanto que o lado boliviano fica responsável pela da entrega da mercadoria ao lado brasileiro, não havendo uma distribuição interna na Bolívia.

3.2 FRONTEIRA ENTRE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

No corredor Paraguai-Brasil drogas ilícitas oriundas de Pedro Juan Caballero (Paraguai) ingressam em Ponta Porã-MS, passam por Dourados-MS e seguem para Presidente Epitácio e de lá para a capital paulista. (Steiman, *apud*, Silva, 2019, p. 219).

A fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é uma divisa atípica, haja vista que para atravessa-la basta cruzar uma rua, fato esse facilita o fluxo de drogas nessa região, sendo considerada uma das principais rotas de tráfico do estado de Mato Grosso do Sul.

Outro fator que torna essa fronteira em uma das principais rotas é a existência de organizações criminosas disputando esse local, o que acaba influenciando na economia ilícita fazendo com que as facções invistam na região para ter o controle dessa divisa, assim fortalecendo a atividade ilícita e limitando o poder de polícia.

No Paraguai, o tráfico de drogas, é um dos setores mais dinâmicos da economia e já penetrou em todas as instituições estatais, policiais, políticas, etc. (Caparroz, 2017).

Logo, o combate ao tráfico nessa região se torna difícil, uma vez que, essa atividade ilícita está presente em estruturas do poder paraguaio, mesmo com iniciativa de combate como Operação Nova Aliança, a qual busca erradicar o plantio de maconha em solo paraguaio.

Sendo assim, os referidos estados que se apresentam como as mais relevantes zonas produtoras de maconha se encontram entre a faixa de fronteira com o Brasil. Além de o Paraguai ser visto como o maior produtor de maconha, o seu território também é usado com o intuito de fazer o tráfico de cocaína (SENAD, *apud*, Caparroz, 2017).

A maconha é a droga de maior produção no Paraguai, por consequência é a droga que mais é traficada para o Brasil, tanto que na região de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero as maiores apreensões são desse entorpecente.

A quantidade de conurbações urbanas com o Paraguai tem um papel importante na consolidação de rotas do tráfico de drogas de origem paraguaia, pois o país configura-se como

um grande produtor e abastecedor de maconha para os países do Cone Sul. (Jife, *apud*; Nunes, 2017, p. 33)

O plantio da maconha é feito em solo paraguaio, para que posteriormente, após a sua colheita a mesma possa ser transportada mundialmente. No caso do Brasil, a sua entrada é feita pela cidade de Ponta Porã e outras cidades ao sul, tais como Mundo Novo, Sete Quedas e Japorã.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS NAS FAIXAS FRONTEIRIÇAS

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. (RACHADEL, Matheus Bernardes, 2017, p. 2). Como citado anteriormente a lei que rege as políticas públicas acerca do combate ao tráfico de drogas no Brasil é a Lei 11.343/06, com essa norma houve o advento do SISNAD (Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas), órgão responsável pela repressão ao tráfico de drogas, prevenção do uso indevido e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

No SISNAD, a formulação de políticas sobre drogas ocorre através do Conselho Nacional sobre Drogas (CONAD). O conselho é responsável por formular consensos e propor estratégias para a redução da demanda e para a redução da oferta de drogas. Na esfera estadual, existem os Conselhos Estaduais sobre Drogas e os municípios são estimulados a implementarem o Conselho Municipal sobre Drogas (Brasil, *apud*; Rachadel, 2017, p.7).

Logo, apesar de termos uma norma nacional que rege sobre as políticas públicas, os estados e municípios possuem competência para dispor de decretos acerca do combate ao tráfico em seus territórios. No estado de Mato Grosso do Sul, há o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEAD).

Os Conselhos de Políticas sobre Drogas possuem função consultiva, fiscalizatória, normativa e deliberativa com capacidade de interação com o Poder Público na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação. (Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas).

O CEAD, por meio do Decreto nº 15.027/2015, foi responsável pela elaboração da política pública estadual de combate ao tráfico de drogas, documento esse foi dividido em sete capítulos: pressupostos; objetivos; prevenção; tratamento, recuperação e inserção social; redução dos danos sociais e à saúde; redução da oferta; estudos, pesquisas e avaliações.

No âmbito dos pressupostos, a lei não se prende somente ao uso de drogas ilícitas, mas também foca no combate ao uso abusivo de drogas lícitas, como por exemplo o álcool, sendo considerado fator preponderante no processo que leva à dependência química. Outro aspecto

abordado no documento foi o combate ao narcotráfico de formas indiretas, uma vez que, é reconhecido a corrupção e a lavagem de dinheiro como alvos de ações repressivas, logo que, os mesmos fomentam o tráfico ilícito de drogas. Também é destacado a necessidade de cooperação entre as entidades públicas municipais e estaduais, com o intuito de planejar ações em conjunto.

Ainda sobre o capítulo dos pressupostos, um destaque nele a ser feito é a reiteração constante acerca do tratamento adequado e igualitário para quem se envolveu com o uso indevido do drogas, seja essas ilícitas ou lícitas, com estratégias de redução dos danos sociais e ofertas, assim como projetos destinados à prevenção, ao tratamento, à recuperação e à reinserção na sociedade desses indivíduos.

Como dito no decreto por ser um estado que possui uma região de fronteira deve-se promover e intensificar a cooperação nacional e internacional por meio de fóruns sobre drogas, sem perder de vista a soberania nacional.

No capítulo dos objetivos, a norma começa ressaltando a necessidade de conscientizar a população acerca dos danos causados ao indivíduo pelo uso indevido de drogas lícitas ou ilícitas, assim como as consequências a saúde e segurança da sociedade, para isso é salientado a demanda de capacitação e formação de pessoas para atuarem na educação preventiva compatíveis com a realidade social.

Seguindo o conteúdo dos objetivos é positivado no decreto a implementação de atendimento e assistência intersetorial, de âmbito público e privado, para a população vulnerável ao uso abusivo de drogas, em situação de dependência química e de risco social. Assim como desenvolver a implementação de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população, com o objetivo de coibir os crimes decorrentes do uso indevido drogas e do narcotráfico.

Por fim, é assegurada a implementação de um sistema de armazenamento, de informação e de divulgação sobre drogas, resguardando princípios éticos de sigilo e de confidencialidade, para fins de tratamento e da reinserção social e programas de redução de oferta e demanda, redução de danos sociais e à saúde.

O capítulo prevenção é dividido em dois temas: orientação geral e diretrizes. No primeiro, é positivado que a prevenção só poderá ser efetiva quando os níveis de Governo e a sociedade civil estiverem em um direcionamento harmonioso e cooperativo, após essa efetivação a política de prevenção será descentralizada dos municípios que ficaram com o encargo de reconhecer as suas especificidades e diagnosticar a realidade das drogas para

população vulnerável local. A prevenção é dividida em 3 (três) tipos: universal, designada para a população no geral; seletiva, focada em grupos específicos de risco; indicada; pessoas com uso inicial de drogas com indicativo de situações problema. A família, escola e sociedade devem estar presentes no planejamento e execução das ações preventivas.

Quanto às diretrizes, é previsto que deve ser assegurado a capacitação e a orientação continuada sobre a prevenção ao uso indevido de drogas lícitas ou ilícitas aos pais e/ou responsáveis, a propositura de projetos socioeducativos que estimulem a prática de esporte, cultura, arte e lazer para a população infantojuvenil, o incentivo do envolvimento proativo da mídia em programas de prevenção e a promoção de projetos socioeducativos a sociedade em geral.

Ainda sobre os métodos de prevenção, é disposto que deve ser recomendado aos órgãos competentes o controle social sobre conteúdos que incentive o uso de drogas por meio de programas midiáticos. O decreto dispõe, ainda, que deve ser proposta a inclusão de conteúdos relativos à prevenção ao uso de drogas na educação básica e superior, é recomendado a presença de profissionais da psicologia, em programas a saúde que previnam o uso de entorpecentes entre os estudantes, é ressaltada a necessidade da propositura de uma projeto que estimule a prevenção às drogas nas escolas públicas e privadas.

O capítulo de tratamento, recuperação e inserção social assim como o anterior é dividido em duas partes: orientação geral e diretrizes. No decreto, é previsto que por conta do princípio da responsabilidade compartilhada, é dever do Estado garantir ações integradas e atendimento qualificado, em rede psicossocial, às pessoas dependentes de álcool e de outras drogas, nesse processo de recuperação, deve-se prever a reinserção social do indivíduo.

Na norma, é assegurada a recomendação e priorização da avaliação diagnóstica na rede pública e privada para usuários e dependentes químicos, assim como estimular a ampliação de atendimento de emergência e urgência a esses indivíduos, é previsto a ampliação, pelos municípios, de unidades especializadas em atender dependentes do álcool e outras drogas.

Outro ponto a ser destacado é a garantia de ampliação de parceiras entre o Poder Público, as instituições privadas e as organizações não governamentais, com o objetivo de garantir tratamento a esses dependentes químicos. Após uma avaliação, e se a mesma for positiva, a implementação de unidades exclusivas de desintoxicação, nas unidades do sistema penal que ofereçam diversas modalidades de tratamento, para que esse atendimento seja feito exclusivamente com os internos com dependência química.

Outras políticas públicas acerca de tratamentos é a conscientização dos órgãos oficiais do Estado acerca da importância da inclusão da família, nos encaminhamentos dos dependentes químicos, a estimulação de leitos hospitalares para a internação de dependentes químicos para a desintoxicação.

No capítulo de redução de ofertas, tem-se que é papel do Estado assegurar o bem estar da população, promover ações voltadas a redução da violência e dos crimes relacionados ao tráfico e ao uso abusivo do drogas ilícitas e lícitas.

Além do mais, outro dever do Estado é a garantia de condições melhores de trabalho para aqueles que estão na linha de frente de repressão às drogas, e ainda a efetivação da Polícia Estadual sobre Drogas, em harmonia com as diretrizes nacionais.

Quanto à redução de ofertas, é assegurada a aplicação da legislação que previne e reprime o incentivo ou o estímulo ao uso indevido de drogas, é recomendada a adoção de medidas de repressão, para que essas possam garantir a eficácia de investigações nos sistemas penais, com o intuito de coibir infrações de crimes organizados que possuam conexão com o narcotráfico, nas unidades penitenciárias, prevendo também a possibilidade de proposição de reformulação das políticas internas que regem o sistema prisional e as unidades de internação menores.

Estimula a criação de uma Polícia Comunitária em todos os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, essa reforçaria a segurança nas escolas, com o objetivo de reprimir a violência e disseminação das drogas em locais próximas ao estabelecimento de ensino, assim como, a integração polícias especializadas na repressão ao tráfico de drogas, em parceria com o Exército, e a integração de políticas entre as polícias federais e estaduais.

Um fator a ser destacado nesse capítulo é a ideia de buscar perante a FUNAI (Fundação Nacional dos Índios), ao Ministério Público e à Polícia Federal a realização periódica de mapeamento e de intervenção de consumo de álcool e de outras drogas nas aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul, ademais, a repressão do comércio de álcool e do tráfico de drogas nesses locais.

Outro aspecto a ser salientado é a estratégia de controle social de propagandas que induzam ao consumo de álcool, assim como as que regulam a publicidade do tabaco no âmbito do estadual.

Quanto aos crimes conexos ao tráfico na fronteira e o próprio narcotráfico, é positivado no Decreto nº 15.027/2015 a integração entre a Secretaria de Estado de Justiça e Secretaria Pública do Estado, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública, para que em conjunto possam elaborar estratégias e ações permanentes de combate.

Como último capítulo do decreto temos a parte de estudos, avaliações e pesquisas, a qual terá como objetivo o estudo aprofundado sobre as drogas, assim como a dimensão do seu consumo, as formas de prevenção ao uso indevido, o tratamento, reabilitação, a redução de danos, a repressão e a reinserção social, além do que o estudo sobre as práticas relacionadas a intervenção pública, privada e não governamental nas áreas de prevenção.

Essa última parte da norma visa realizar pesquisas periódicas, com o intuito de demonstrar a realidade do consumo de drogas lícitas ou ilícitas no estado, buscar interligar informações com o Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID), identificar populações infanto-juvenis em situação de risco, vítimas de abuso sexual, prostituição e/ou situações de violência, com envolvimento no tráfico e no consumo de drogas ilícitas.

Outros aspectos relevantes são a avaliação sistemática do papel da mídia, assim como seus impactos e danos sobre o consumo de drogas, a promoção de parcerias com instituições de ensino superior para que juntas possam realizar pesquisas e avaliações de programas, identificar indicadores que servirão como base para programas de intervenção preventiva em níveis primários e secundários. Por fim assegurar aos pais e representantes legais sobre o uso indevido de drogas lícitas e ilícitas pelos acadêmicos de ensino superior com idade inferior à considerada adulta.

5 PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em virtude da localização geográfica do estado de Mato Grosso do Sul, as práticas de cooperação internacional com os países vizinhos acerca do combate ao tráfico de drogas estão reiteradamente presentes nos debates quanto as políticas públicas da região, tal observação se comprova ao se analisar o decreto nº 15.027/2015, o qual em seus pressupostos positiva o incentivo e a intensificação das cooperações nacionais e internacionais.

Antes de adentrar especificamente nos países que fazem fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul é necessária a contextualização em relação ao Conselho Sul-Americano para o Problema Mundial das Drogas (CSPMD).

O Conselho Sul-Americano para o Problema Mundial das Drogas (CSPMD) é uma instância recém-criada, no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Este conselho emergiu em um contexto de implementação de organismos regionais na América do Sul no início dos anos 2000, em que os países desta sub-região buscavam uma maior articulação e cooperação interna para tratar os problemas regionais de forma autônoma e garantindo a soberania estatal frente, principalmente, a intervenções extra regionais. (Castro, 2015, p.311)

Alguns princípios do CSPMD são o respeito à soberania dos estados e não intervenção nos regimentos internos, assim como a cooperação entre os países membros para que possam solucionar o problema das drogas, atuando de forma equilibrada nos níveis de redução de oferta e redução de demanda. (Castro, 2015)

Com fluxo constante de drogas nos países sul-americanos criou-se a necessidade de uma instituição, a qual seria responsável por preconizar cooperações internacionais nessa região, assim criando políticas públicas que auxiliem no combate ao narcotráfico e na redução de consumo, observando as especificidades de cada fronteira e suas condições sociais.

Na continuação do presente artigo serão trabalhadas duas regiões, as fronteiras presentes no estado do Mato Grosso do Sul com a Bolívia e o Paraguai, para isso serão apresentados práticas de cooperação entre os mesmos.

5.1 COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL X BOLÍVIA

O Brasil é considerado um país de trânsito, com destino à Europa, da cocaína produzida na região andina. A Bolívia, segundo informações do World Drug Report 2022, responde por 10% da produção mundial de cocaína (Brasil, 2022). Logo a necessidade de uma cooperação entre os dois países com o intuito de combater o narcotráfico se torna assunto principal em convênios e tratados.

A formalização da cooperação entre Brasil e Bolívia para o combate aos ilícitos fronteiriços data da assinatura do Convênio de Assistência Recíproca para Repressão ao Tráfico de Ilícitos de Drogas que Produzem Dependência, de 1977, o qual ainda se encontra vigente. Esse acordo estabeleceu a necessidade dos países de cooperar na troca de informações e intercâmbio de pessoal para treinamentos, e designou os organismos policiais como os responsáveis pela repressão ao tráfico de drogas, em seus respectivos territórios (Brasil, 1977, *apud*, Castro, 2019).

Segundo Castro (2019, p. 205): “já havia um histórico de acordos estabelecidos entre o Brasil e a Bolívia sobre a temática do tráfico de drogas. No entanto, essa cooperação ganhou maior expressão a partir de 2008”.

Com essa cooperação houve o aumento de operações policiais em conjunto entre os dois países nessa região de fronteira, um exemplo de destaque dessa cooperação é a Operação BRABO, a qual foi fruto de um acordo assinado entre o Brasil e a Bolívia, durante a VII Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos, realizada em 2011 teve como objetivo a fiscalização e apreensão de drogas na rota Puerto Suarez e Corumbá. (ROSSITER, 2011; VITORINO, 2011, *apud*, CASTRO, 2019).

Conforme UNODC (United Nations Office on Drugs and Crimes) ainda em 2011 houve uma renovação do acordo bilateral acerca da cooperação entre Brasil e Bolívia no combate ao narcotráfico e ao crime organizado até o ano de 2013. Além disso, o Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes da Bolívia receberia a quantia de US\$ 100.000 para a implementação de políticas públicas para o combate ao tráfico de drogas.

Em fevereiro de 2022 representantes de diversas áreas dos governos do Brasil e da Bolívia se reuniram para ampliarem acordos bilaterais para a prevenção e combate às drogas, possuindo como estratégias legais segundo o Governo Federal: a quadruplicação da capacidade de apreensão de bens do tráfico e aplicação dos valores obtidos com a venda em ações de recuperação de dependentes, o investimento em inteligência e escutas telefônicas para combater a lavagem de dinheiro, aposta no financiamento de vagas em comunidades terapêuticas e modernização de aspectos legais e da política sobre drogas.

Logo, pode-se afirmar que ao longo dos anos o Brasil e Bolívia ampliaram constantemente diversos acordos acerca do combate ao tráfico de drogas, sendo datado desde 1977 com comissões de debate a respeito do tema até o ano de 2022, reuniões essas possuindo em sua matéria estratégias legais de cooperação internacional de combate ao narcotráfico e reinserção social dos dependentes químicos.

5.2 COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL X PARAGUAI

Assim como a Bolívia, o Paraguai é um dos principais produtores de drogas mundial, porém diferentemente do país andino, no Paraguai o principal entorpecente cultivado é a maconha, também utilizando do Brasil como país de trânsito para essa exportação aos outros países do mundo.

Segundo o Governo Federal (2017), no ano de 2017, Brasil e Paraguai assinaram acordo sobre segurança na fronteira e tráfico de drogas, o acordo possuía como pressupostos a cooperação internacional para ações coordenadas contra as organizações criminosas presentes

na região, as quais possuem ligação com o narcotráfico, assim como a erradicação dos cultivos de maconha presentes em território paraguaio.

Podemos ver que o Paraguai é o país que mais efetua operações em conjunto com a Polícia Federal brasileira, através de sua Secretaria Nacional Antidrogas, sendo efetuadas desde o final dos anos 2000. A Operação Nova Aliança se apresenta como um exemplo de trabalho em conjunto entre os países, fomentando assim a realização de operações em outros países desde o ano de 2008, apresentando assim um elevado potencial, isso porque é um exemplo de trabalho conjunto de sucesso, incentivando assim a realização de operações conjuntas com os demais países da América do Sul (Kalil, 2011, *apud*, Caparroz, 2018)

A Operação Nova Aliança, realizada em conjunto entre a Polícia Federal brasileira e as Forças Armadas paraguaias, passou por uma reformulação quanto as suas estratégias. Com essa nova reestruturação, a PF bateu o recorde de erradicação, sendo 5.400 toneladas de maconha com o menor custo em dólares americanos por hectares erradicados (Governo Federal, 2022).

Conclui-se que o principal marco de cooperação internacional entre Brasil e Paraguai quanto ao combate ao narcotráfico é a Operação Nova Aliança, a qual é fruto de uma ação conjunta entre as forças armadas brasileiras e paraguaias e existe desde o ano de 2008, e que em 2022 iniciou-se sua 30ª fase, com resultados históricos ocorridos no ano de 2021.

6 PRINCIPAIS DIFICULDADES DO COMBATE AO TRÁFICO NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS.

Apesar das políticas públicas existentes para o combate ao narcotráfico, a fiscalização e implementação desses instrumentos legais possuem diversos dificultadores. Conforme Nunes (2017, p. 31) “a fronteira internacional sempre foi considerada uma região vulnerável.” Essa vulnerabilidade é referente ao limite da soberania nacional dos dois países, porém quanto a região estudada no presente artigo outro agravante para essa fragilidade é a presença de rotas de narcotráfico. “Assim, em função da insuficiente presença do Estado e da precariedade das infraestruturas instaladas, estes espaços periféricos requerem prioridades nos investimentos nas políticas públicas para zona de fronteira.” (Brasil, *apud*, Silva, 2019, p. 217).

O quadro de desemprego, cujos reflexos se sentem de maneira mais profunda em áreas periféricas do país como as zonas de fronteira, é agravado periodicamente por medidas neoliberais do governo brasileiro (adotadas de maneira mais enfática durante os governos de Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso) que promovem o gradual abandono de um Estado que agencia o bem-estar-social para priorizar a administração penal (Pereira Carneiro, *apud*, Silva, 2019, p. 219).

Decorrente da precariedade das infraestruturas instaladas e a insuficiente presença do Estado, as regiões fronteiriças estão constantemente visadas por facções criminosas, as quais em decorrência da sua presença nessas cidades, acabam elevando o número de crimes decorrentes do narcotráfico.

Adiante serão pautas do estudo a presença de facções nas cidades fronteiriças e por consequência a violência nas mesmas, além do mais a desconfiança entre as forças armadas e corrupção dos agentes públicos como dificultadores da implementação de uma política pública ideal.

Os reflexos dos dificultadores da implementação de uma política pública combativa ao tráfico de drogas são vistos nas cidades fronteiriças, ao analisarmos a influência do narcotráfico na violência dessas regiões, logo que, as principais facções criminosas presentes no Brasil, Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) estão presentes nessas cidades, por consequência aumentando o número de homicídios por arma de fogo, como por exemplo em Pedro Juan Caballero, cidade que faz fronteira com Ponta Porã. Segundo Silva (2019) a fronteira Brasil e Paraguai está marcada por disputas entre traficantes pertencentes a organizações rivais.

As disputas das organizações criminosas pelo território e pela manutenção dos fluxos ilícitos na fronteira sul-mato-grossense têm elevado a violência na região. Esses episódios têm sido acompanhados de perto pela mídia, tanto que alguns veículos de comunicação afirmam que em Pedro Juan Caballero encontram-se instaladas as principais facções criminosas que operam no Brasil: o comando vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), e que as disputas instauradas tem inferido na quantidade de mortes violentas, comumente por armas de fogo e pelo disseminado emprego de armas de grosso calibre. (Nunes, 2017, p. 34).

Os motivos de tais facções se fixarem nas regiões fronteiriças é a possibilidade de evitarem prisões em São Paulo, e também poderem administrar de perto a entrada de entorpecentes em território brasileiro, assim como garantir a sua distribuição para outras regiões do Brasil.

[...] Ângelo Magno Lins do Nascimento, membro da Comissão dos Advogados Criminalistas da OAB-MS, esclarece que o contexto atual da organização do grupo criminoso no recorte da fronteira de Ponta Porã, deve-se aos primeiros integrantes do PCC radicarem-se em Pedro Juan Caballero, a fim de evitar possíveis prisões em São Paulo.

E que, com o passar do tempo, o PCC percebeu que poderia auferir maiores lucros com o domínio do tráfico na região. Para o entrevistado, as autoridades de segurança da região têm confirmado a presença de membros do PCC nas

ações criminosas em Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. (Nunes, 2017, p. 34-35)

Em relação às mortes violentas segundo reportagem do G1 (2021) “A secretaria estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) informou que nos sete primeiros meses de 2021, 53 pessoas foram executadas do lado brasileiro. Já em 2020, no mesmo período, foram 39 execuções.” Os dados são referentes a 10 municípios sul-mato-grossenses, a cidade de Ponta Porã, segundo pesquisa realizada pelo mesmo veículo de comunicação, possui o número de 25 das 53 execuções.

Em outros municípios considerados rota do tráfico também é possível ver o reflexo da falta de implementação de uma política pública eficiente, ao analisarmos o impacto na violência e na criminalidade do município de Corumbá, porta de entrada de drogas advindas da Bolívia, principalmente das cidades fronteiriças do território boliviano, Puerto Quijarro e Puerto Suarez.

De acordo com praticamente todos os informantes entrevistados pela presente pesquisa, a estruturação de tais dinâmicas criminais tipicamente sustentadas sobre os diferenciais de fronteira projeta impactos importantes não apenas sobre a violência e criminalidade de Corumbá, mas, principalmente, sobre os modos de atuação das instituições de segurança pública presentes no município. O acesso facilitado a grandes volumes de cocaína vinda de Quijarro e Suarez aumenta significativamente o potencial de violência entre os diversos pequenos grupos envolvidos no comércio varejista da droga no município, fomentando também os furtos e roubos de veículos, trocados por entorpecentes do lado boliviano da fronteira. Além disso, a forte estruturação do mercado das drogas na região é percebida como um importante vetor das instituições locais da segurança pública. (Misse, *et al*, 2014, p. 132-133).

No caso de Corumbá, a presença das popularmente conhecidas “bocas de fumo” também influenciam a crescente de crimes relacionados ao tráfico na região, a polícia, que por sua vez, por consequência da influência das facções na região, é colocada em uma posição de incapacidade de combater integralmente esses delitos.

Assim sendo, a presença das facções influenciam na crescente do número de crimes relacionados ao narcotráfico, no caso de Ponta Porã o destaque é a expressiva quantidade de homicídios no município. Quanto ao caso de Corumbá é o aumento nos casos de roubos e furtos de veículos trocados por entorpecentes do lado boliviano da fronteira, como também de objetos menores, como celulares, os quais são trocados por drogas nas bocas de fumo no lado brasileiro.

Outro fator dificultador de implementação de políticas públicas é a corrupção de agentes públicos, a qual por sua vez, acaba gerando uma desconfiança entre as forças armadas, assim impossibilitando uma cooperação mais recorrente entre os países.

A identificação de agentes públicos nas redes criminosas foi uma das características mais marcantes nos levantamentos da CPI do narcotráfico (2000), cujo resultado levou ao indiciamento de mais de oitocentas pessoas.

A composição da lista de indiciados da CPI do narcotráfico alcançou em cheio a instância estatal brasileira: de políticos, policiais, militares, entre outros agentes públicos, e suas relações e práticas de crimes relacionados com o narcotráfico. Entre as várias situações em que envolviam agentes públicos em crimes transnacionais destacado na CPI do narcotráfico, estava o uso de aviões oficiais que eram usados para transportar drogas ilícitas para países europeus. [...] São várias as evidências de que o dinheiro dos ilícitos transfronteiriços retorna à economia formal brasileira. Uma das evidências da lavagem de dinheiro nos meios financeiros brasileiro deve-se ao surgimento de termos como “narcosoja” e “narcoboí”, difundidos nos meios jurídicos e na mídia brasileira, em alusão ao “narcodólares”, termo muito conhecido no espectro da lavagem de dinheiro do narcotráfico. (Nunes, 2017, p. 32-33).

Para Misse (2014) no caso de Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suarez há uma desconfiança entre as forças de segurança do Brasil em relação as forças da Bolívia, uma vez que os níveis de corrupção entre os agentes bolivianos dificultam a implementação de uma cooperação entre as forças de segurança para combater o tráfico de drogas.

Logo, um dos motivos de não haver uma política pública que combata todas as instâncias dentro do narcotráfico é a presença de agentes públicos corruptos, os quais possuem interesse na ineficiência de tal instrumento legal, uma vez que com o fracasso dessas estratégias legais fomentariam o esquema de tráfico de drogas que estão inseridos, e por fim conseguiriam lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado no presente artigo, pode-se observar que as políticas públicas acerca do combate ao narcotráfico estão em constante mudança, sempre atualizando-se junto com os fatos sociais, no Brasil as primeiras medidas aplicadas sobre o tema só foram surgir em 1915, a qual dispunham a respeito do consumo abusivo do ópio, morfina, cocaína e seus derivados, desde então tem-se passado por constantes mudanças, sendo a Lei 11.343/2006 o último ordenamento jurídico o qual dispõe sobre o tema.

No Mato Grosso do sul o tema tráfico de drogas tem relevância pelo fato do estado fazer fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai. Os municípios brasileiros de Corumbá e Ponta Porã são constantemente alvos de operações com apreensões midiáticas, por conta de sua localização geográfica há a necessidade da implementação de uma cooperação internacional para que se possa combater o narcotráfico, exigência essa presente nos pressupostos do Decreto nº 15.027/2015 do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEAD).

Porém, como analisado no trabalho, as políticas públicas atuais ainda estão perdendo essa guerra contra o tráfico de drogas, uma vez que ainda existem alguns dificultadores para a

implementação política pública ideal no combate ao narcotráfico, pois devido à importância das rotas presentes no Mato Grosso do Sul as principais facções brasileiras se fixaram na região, além disso, a corrupção dos agentes públicos tanto brasileiros quanto paraguaios e bolivianos também impossibilitam a aplicação de um instrumento legal combativo ao tráfico de drogas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Daiany. **Apreensões disparam e MS se consolida como uma rota para o tráfico de cocaína.** Correio do Estado. 2022. Disponível em:

<<https://correiodoestado.com.br/cidades/ms-se-consolida-como-rota-do-trafico-de-cocaina/396464>>. Acesso em: 05/03/2024.

BÜHRING, Marcia Andrea. **(Re) definição de fronteira(s) e cidades gêmeas: Brasil e Uruguai.** Revista Brasileira de Direito Internacional, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 230-260, Jul/Dez 2015. Acesso em: 30/03/2024.

CAPARROZ, Michelle de Oliveira Trindade. **Narcotráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai.** UNINTER - Centro Universitário Internacional. 2018. Acesso em: 04/02/2024.

CASTRO, Helena Salim de. **O Combate ao Tráfico de Drogas na Fronteira Brasil-Bolívia (2008-2012).** Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019. Acesso em: 03/03/2024.

O conselho sul-americano sobre o problema mundial das drogas como mecanismo de integração regional. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). 2015. Acesso em: 03/03/2024.

DIAS, Flávio. **Em sete meses, 87 pessoas são executadas na fronteira do Brasil com o Paraguai.** G1. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/08/03/em-sete-meses-87-pessoas-sao-executadas-na-fronteira-do-brasil-com-o-paraguai.ghtml>>. Acesso em: 10/02/2024.

DIAS, Michelle Gallera. **Cooperação sul-americana no combate ao tráfico de drogas.** UFRGS. 2013. Acesso em: 02/04/2024.

FRANÇA, Rafael Francisco. **Controle de fronteiras no Brasil.** São Paulo: Estante Acadêmica, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Apreensões recorde de drogas e redução de crimes é resultado dos investimentos do governo em segurança.** 2021.

Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/apreensoes-recordes-de-drogas-e-reducao-de-crimes-e-resultado-dos-investimentos-do-governo-em-seguranca/>>. Acesso em: 02/03/2024.

GOVERNO DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 15.027, de 18 de junho de 2018.** Aprova a Política Pública Estadual sobre Drogas de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2018. Acesso em: 20/02/2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **PERFIL DE MATO GROSSO DO SUL**. 2016. Disponível em:

<<http://www.ms.gov.br/institucional/#:~:text=Mato%20Grosso%20do%20Sul%20%C3%A9,a%20Argentina%20e%20o%20Uruguai.>>. Acesso em: 28/02/2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Polícias de Mato Grosso do Sul apreenderam quase 530 toneladas de drogas de janeiro a agosto**. 2021. Disponível em:

<<http://www.ms.gov.br/policias-de-mato-grosso-do-sul-apreenderam-quase-530-toneladas-de-drogas-de-janeiro-a-agosto/#:~:text=Entre%20os%20meses%20de%20janeiro,505%2C7%20toneladas%20de%20entorpecentes.>>. Acesso em: 02/04/2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Polícia militar rodoviária realiza a maior apreensão de drogas da história do Brasil**. 2021. Disponível em:

<<http://www.ms.gov.br/policia-militar-rodoviaria-realiza-a-maior-apreensao-de-drogas-da-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 02/03/2024.

GOVERNO FEDERAL. **Brasil e Bolívia discutem ampliação de acordos bilaterais para prevenção e combate às drogas**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-e-bolivia-discutem-ampliacao-de-acordos-bilaterais-para-prevencao-e-combate-as-drogas>>. Acesso em: 02/04/2024.

GOVERNO FEDERAL. **Brasil e Paraguai assinam acordo sobre segurança na fronteira e tráfico de drogas**. 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/brasil-e-paraguai-assinam-acordo-sobre-seguranca-nas-fronteiras-e-trafico-de-drogas>>. Acesso em: 02/03/2024.

GOVERNO FEDERAL. **Composição do SISNAD**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subcapas-senad/composicao-do-sisnad>>. Acesso em: 25/02/2024.

GOVERNO FEDERAL. **Primeiro dia da Operação Nova Aliança destrói 108 toneladas de maconha no Paraguai**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/03/operacao-nova-alianca-brasil-e-paraguai-dao-inicio-a-maior-acao-conjunta-de-combate-ao-trafico-internacional-de-drogas>>. Acesso em: 02/03/2024.

MISSE, Michel; ZILLI, Luís Felipe; HIRATA, Daniel Veloso; RENOLDI, Brígida. **Gestão da política de segurança pública nas regiões de fronteira: resultados gerais de uma pesquisa**. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ): Rio de Janeiro, 2014.

NUNES, Maíra. **Dinâmicas transfronteiriças e o avanço da violência na fronteira sul-mato-grossense**. Brasília: IPEA, 2016. Acesso em: 20/02/2024.

OLIVEIRA, Giovanni França. **ALGUNS APONTAMENTOS EM RELAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS NA FRONTEIRA: CORUMBÁ/BRASIL – PUERTO QUIJARRO/BOLÍVIA**. Contribuciones a las Ciencias Sociales. 2014. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/cccss/30/drogas.html>>. Acesso em: 31/05/2022.

RACHADEL, Matheus Bernardes. **Políticas públicas e drogas no Brasil: Debates e tendências**. Santa Catarina: UFSC, 2016. Acesso em: 20/02/2024.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO. **Histórico Legal das Políticas Sobre Drogas no Brasil e Rio Grande do Sul**. Governo do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: <<https://sjsps.rs.gov.br/historico-legal-das-politicas-sobre-drogas-no-brasil-e-rio-grande-do-sul#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20de%20Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o,25%20de%20novembro%20de%201938.>>>. Acesso em: 03/03/2024.

SILVA, Luzia Bernardes da. **O aumento do encarceramento feminino no Mato Grosso do Sul: impactos da crise econômica brasileira e do tráfico de drogas na fronteira**. Humanas e Sociais, V.8, N.2, Agosto/Setembro/Outubro, 2019. Acesso em: 04/03/2024.

TATMATSU, Daniely Ildegardes Brito; SIQUEIRA, Carlos Eduardo; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Política de prevenção ao abuso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos**. SciELO, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/DKQZ4hMm7V3zCKMBXwqvPms/?lang=pt>>. Acesso em: 25/03/2024.

TAVARES, Gabriel de Araújo. **Guerra às drogas: análise das políticas públicas e da Lei de drogas no país**. Unisociosc. 2021. Acesso em: 31/03/2024.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIMES (UNODC). **Bolívia, Brasil e UNODC fortalecem cooperação para combater o tráfico de drogas e o crime organizado**. 2011. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/04/06-bolivia-brasil-e-unodc-fortalecem-cooperacao-para-combater-o-trafico-de-drogas-e-o-crime-organizado.html>>. Acesso em: 02/03/2024.